



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

RESOLUÇÃO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO (CONSUNI)

N.º 16/2010

(Revogada pela Resolução Consuni nº 44/2021, de 14.07.2021)

~~Dispõe sobre as normas para o Programa Institucional de Bolsa de Extensão (PIBEX) da Universidade Federal do Tocantins.~~

~~O Egrégio Conselho Universitário (CONSUNI) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), reunido em sessão ordinária no dia 22 de setembro de 2010, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,~~

RESOLVE:

~~**Art.1º** Aprovar as normas para o Programa Institucional de Bolsa de Extensão (PIBEX) da Universidade Federal do Tocantins.~~

~~**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.~~

~~Palmas, 22 de setembro de 2010.~~

~~Prof. Alan Barbiero
— Presidente~~

eps.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

(Revogada pela Resolução Consuni nº 44/2021, de 14.07.2021)

Anexo à Resolução n.º 16/2010 do Consuni.

**~~NORMAS PARA O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE EXTENSÃO
(PIBEX) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS~~**

~~CAPÍTULO I~~

~~Das Disposições Iniciais e Finalidades~~

~~Art. 1º~~ O Programa Institucional de Bolsa de Extensão da Universidade Federal do Tocantins (PIBEX) visa a excelência da extensão, articulada ao ensino e à pesquisa e baseada no processo educativo; científico; cultural; de interação da universidade com outros setores da sociedade.

~~Art. 2º~~ O Programa Institucional de Bolsa de Extensão da Universidade Federal do Tocantins tem os seguintes objetivos:

- ~~I~~**—promover a cidadania;
- ~~II~~**—fortalecer as ações de inclusão social;
- ~~III~~**—apoiar a diversidade étnico-cultural;
- ~~IV~~**—promover a arte e a cultura;
- ~~V~~**—fortalecer o tripé ensino-pesquisa-extensão;
- ~~VI~~**—assegurar a cooperação entre professores, técnico-administrativos e acadêmicos para o desenvolvimento de atividades de extensão da Universidade.

~~CAPÍTULO II~~

~~Das Modalidades de Bolsas~~

~~Art. 3º O Programa Institucional de Bolsa de Extensão da Universidade Federal do Tocantins (PIBEX) definirá a modalidade de bolsa de extensão de acordo com edital.~~

~~§1º. O bolsista exercerá suas atividades sob a orientação de professor, preferencialmente em regime de dedicação exclusiva.~~

~~§2º. O bolsista desempenhará suas funções em regime de, no mínimo, 20 (horas) semanais.~~

~~§3º. Ao bolsista remunerado será concedida bolsa mensal.~~

~~§4º. As atividades do bolsista deverão ser programadas de forma a não coincidir com suas obrigações acadêmicas, assim como estar em consonância com as demandas do Plano de Atividades.~~

~~CAPITULO III~~

~~Da forma de concessão~~

~~Art. 4º As bolsas de extensão deverão ser distribuídas segundo critérios que assegurem que os bolsistas serão orientados por extensionistas com experiência comprovada, com capacidade de orientação e que estejam exercendo plena atividade de extensão.~~

~~Art. 5º O número de bolsas a ser concedido a um orientador ficará a critério da instituição, via edital específico.~~

~~CAPITULO IV~~

~~Do Compromisso da Instituição~~

~~Art. 6º Ter uma política de extensão.~~

~~Art. 7º Nomear um Coordenador Institucional do Programa Bolsa de Extensão, que deverá ser um professor com experiência em extensão.~~

~~Art. 8º Nomear um Comitê Institucional do Programa Bolsa de Extensão que se responsabilize, perante a Pró-reitoria de Extensão Cultura e Assuntos Comunitários, pelo gerenciamento do Programa, fazendo cumprir a presente norma.~~

~~Art. 9º Disponibilizar na página da instituição, na internet, a relação dos professores que compõem o Comitê Institucional.~~

~~Art. 10. Para o processo de seleção, a instituição deverá proceder à divulgação das normas do Programa, por meio de Edital, onde deverão constar:~~

~~I—o período de inscrições;~~

~~II—os critérios para seleção dos orientadores;~~

~~III — a documentação necessária para a inscrição;~~

~~IV — os procedimentos para pedidos de reconsiderações, entre outras regulamentações.~~

Art. 11. Não poderão limitar o acesso a bolsas:

~~I — restrições quanto à idade;~~

~~II — restrições ao fato de um aluno de graduação já ser graduado por outro curso;~~

~~III — restrições quanto ao número de renovações para um mesmo bolsista;~~

~~IV — restrições quanto ao semestre/ano de ingresso do aluno na instituição;~~

~~V — interferência e/ou restrição da escolha do bolsista pelo orientador desde que o aluno indicado atenda ao perfil e ao desempenho acadêmico compatíveis com as atividades previstas.~~

Art. 12. ~~A PROEX definirá, para efeito interno, critérios de acompanhamento e avaliação do programa.~~

Art. 13. Para o processo de avaliação institucional, a universidade deverá:

~~I — realizar reunião anual, seminário ou congresso de extensão, onde os bolsistas deverão apresentar o trabalho desenvolvido sob a forma de pôster, resumos e/ou apresentação oral;~~

~~II — publicar em livro, cd ou na página da instituição os resumos;~~

CAPITULO V

Dos Requisitos, Compromissos e Direitos do Orientador

Art. 14. ~~No conjunto de critérios para a concessão de bolsas deverão ser considerados, com relação ao orientador:~~

~~I — ser preferencialmente professor sob o regime de trabalho de dedicação exclusiva;~~

~~II — ter expressiva produção em extensão recente;~~

~~III — não ter pendência de documentação junto a Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários.~~

Art. 15. Cabe ao orientador:

~~I — elaborar plano de atividades do bolsista, em conjunto com o bolsista, que deverá conter pelo menos os seguintes itens:~~

~~a) — identificação do orientador e do bolsista;~~

~~b) — objetivos gerais e específico;~~

~~c) — descrição das atividades com cronograma de execução;~~

~~d) — metodologia a ser utilizada;~~

~~e) — relação das atividades com a comunidade externa, com ensino e a pesquisa e com a sua formação acadêmica;~~

~~II — escolher e indicar, para bolsista, o aluno com perfil e desempenho acadêmico, baseado no currículo, comprovante de matrícula e histórico, compatíveis com as atividades previstas observando princípios éticos e conflito de interesse;~~

~~III — orientar o bolsista para o bom desempenho em suas atividades;~~

~~IV — encaminhar à coordenação do programa institucional de bolsa de extensão ficha de frequência do bolsista, até o 20^o (vigésimo) dia de cada mês;~~

~~V — encaminhar à coordenação do programa institucional de bolsa de extensão, até 30 (trinta) dias após a metade da vigência do período da bolsa, o relatório parcial de atividades do bolsista;~~

~~VI — encaminhar à coordenação do programa institucional de bolsa de extensão, até 30 (trinta) dias após o término previsto da bolsa, o relatório final de atividades do bolsista;~~

~~VII — encaminhar à coordenação do programa institucional de bolsa de extensão, até 30 (trinta) dias após o término previsto da bolsa, ficha de avaliação das atividades desenvolvidas pelo bolsista em seu projeto de extensão.~~

~~VIII — participar de eventos de extensão.~~

~~Art. 16. — O orientador poderá indicar aluno de qualquer curso de graduação da instituição.~~

~~Art.17. O cancelamento ou substituição do bolsista poderá ser solicitada caso o mesmo não esteja cumprindo as exigências do Programa. Para tanto o orientador deverá encaminhar a solicitação do cancelamento e a substituição do bolsista com justificativa por escrito, ao Coordenador Institucional do Programa de Bolsas de Extensão, cabendo a esta instância o deferimento ou não da solicitação;~~

~~Art.18. O orientador deverá incluir o nome do bolsista nas publicações e trabalhos apresentados em congressos e seminários, cujos resultados tiveram a participação efetiva do bolsista.~~

~~Art. 19. Em caso de impedimento eventual do orientador, para a continuidade do projeto, o mesmo deverá submeter à Coordenação Institucional do Programa de Bolsas de Extensão a proposta de substituição de orientador ou o encerramento do projeto.~~

~~Art. 20. É vedada a divisão da mensalidade de uma bolsa entre dois ou mais alunos.~~

~~Art. 21. Caso o orientador não tenha atendido os itens IV a VI do art. 15, não poderá concorrer para outros bolsistas de extensão, até regularizar a situação com a coordenação de bolsas de extensão;~~

CAPITULO VI

Das Atribuições, Requisitos e Compromissos do Bolsista

Art. 22. São atribuições do bolsista:

- ~~I — iniciar suas atividades após ter assinado o termo de compromisso;~~
- ~~II — participar das atividades de extensão do orientador que estejam em consonância com o plano de atividades;~~
- ~~III — manter as atividades conforme previsto no cronograma de atividades mesmo no período de greve;~~
- ~~IV — comprometer, quando necessário, a desenvolver atividades pertinentes ao bom desempenho das atividades de extensão da Universidade Federal do Tocantins, tais como participação em eventos internos e externos.~~
- ~~V — colaborar na organização de eventos de extensão da Universidade Federal do Tocantins.~~

Art. 23. São requisitos do bolsista:

- ~~I — estar regularmente matriculado em curso de graduação da UFT;~~
- ~~II — ser selecionado e indicado pelo orientador;~~
- ~~III — ter disponibilidade de tempo para exercer as atividades, apresentando, assinada, a Declaração de Disponibilidade de tempo;~~
- ~~IV — não ter vínculo empregatício e dedicar-se integralmente às atividades de extensão.~~

Art. 24. São obrigações do bolsista:

- ~~I — exercer suas atividades conforme o Plano de atividades encaminhado pelo orientador;~~
- ~~II — cumprir, 20 (vinte) horas semanais de atividades, conforme horários pré-estabelecidos com seu orientador;~~
- ~~III — assinar a ficha de frequência do bolsista;~~
- ~~IV — redigir relatório parcial e relatório final de atividades;~~
- ~~V — apresentar no seminário ou congresso anual de extensão sua produção, sob a forma de pôsteres, resumos e/ou painel;~~

~~VI — nas publicações e trabalhos apresentados, fazer referência a sua condição de bolsista de extensão da Universidade Federal do Tocantins;~~

~~VII — receber apenas esta modalidade de bolsa, sendo vedada acumulação com qualquer modalidade de bolsas internas e externas;~~

~~VIII — devolver à Universidade Federal do Tocantins, em valores atualizados, a(s) mensalidade(s) recebida(s) indevidamente, caso os requisitos e compromissos estabelecidos acima não sejam cumpridos.~~

Art. 25. ~~É vedado ao bolsista:~~

~~I — o exercício de atividades de caráter eminentemente burocrático;~~

~~II — o exercício de atividades de servidores técnico-administrativos;~~

~~III — a substituição do orientador, sem a prévia autorização do mesmo, em compromissos acadêmicos, de extensão, ensino ou pesquisa.~~

Art. 26. ~~O bolsista poderá pedir desligamento da bolsa, mediante justificativa por escrito com ciência do orientador, encaminhada a coordenação.~~

Art. 27. ~~O bolsista que não cumprir as atividades previstas no seu Plano de Trabalho, estará sujeito ao desligamento da ação extensionista, com perda da bolsa.~~

CAPÍTULO VII

Das atribuições da Coordenação

Art. 28. ~~Caberá a Coordenação do Programa Institucional de Bolsas de Extensão:~~

~~I — elaborar em conjunto com o Comitê Institucional de Extensão e divulgar o edital de seleção dos bolsistas de extensão;~~

~~II — promover a distribuição das bolsas de extensão remunerada ou não, conforme art. 4º e art. 5º em conjunto com o Comitê Institucional de Extensão;~~

~~III — preparar folha de pagamento dos bolsistas remunerados, a partir da frequência mensal do bolsista, encaminhada pelo orientador;~~

~~IV — organizar e manter atualizado o banco de cadastro de bolsistas de extensão;~~

~~V — organizar e manter o arquivo administrativo do programa institucional de bolsa de extensão;~~

~~VI — orientar e esclarecer os bolsistas sobre as questões relativas ao programa institucional de bolsas de extensão;~~

~~VII — acompanhar o cumprimento das diretrizes desta resolução, tomando as medidas necessárias para o seu pleno atendimento;~~

~~VIII—promover a organização de seminário ou congresso de extensão visando a divulgação do programa;~~

~~IX—convocar os bolsistas, quando necessário, a desenvolver atividades pertinentes ao bom desempenho das atividades de extensão da Universidade Federal do Tocantins;~~

~~X—criar instrumentos de acompanhamento e avaliação do Programa Institucional de Bolsas de Extensão;~~

~~XI—elaborar relatório final das atividades anuais.~~

Art. 29. Expedir declarações para os bolsistas e orientadores do programa institucional de bolsa de extensão que atendam os seguintes requisitos:

~~I—frequência mínima do bolsista de 75%;~~

~~II—apresentação de relatório parcial e final de atividades, por parte do orientador;~~

~~III—apresentação no seminário ou congresso de extensão sua produção extensionista, sob a forma de pôsteres, resumos e/ou painel;~~

~~IV—apresentação, por parte do orientador, da ficha de avaliação das atividades desenvolvidas pelo bolsista em seu projeto de extensão;~~

~~Parágrafo único. A declaração não será expedida se houver descumprimento por parte do bolsista ou do orientador das exigências presentes nesta resolução.~~

CAPITULO VIII

Da Concessão e Duração

Art. 30. ~~A bolsa do PIBEX será concedida de acordo com a disponibilidade financeira da instituição.~~

Art. 31. ~~A quota institucional (número de bolsas e meses) será concedida de acordo com o edital próprio, podendo ser renovada anualmente, mediante interesses institucionais e disponibilidade orçamentária.~~

CAPITULO IX

Do Benefício

Art.32. ~~Ao bolsista remunerado será concedida uma bolsa mensal, cujo valor, será estabelecido no edital e estará sujeita à disponibilidade de verba anual destinada ao Programa.~~

Art.33. ~~O pagamento do bolsista remunerado está condicionado ao encaminhamento da frequência mensal a coordenação do programa institucional de bolsas de extensão.~~

~~CAPITULO X~~

~~Das Disposições Gerais~~

~~Art.34.~~ ~~A Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PROEX) poderá baixar atos complementares a estas normas.~~

~~Art.35.~~ ~~Os casos omissos serão resolvidos pela PROEX.~~